

HISTÓRIA E CULTURA AFROCENTRADA: REFLEXÕES IDENTITÁRIAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

AFROCENTRIC HISTORY AND CULTURE: HIGH SCHOOL STUDENTS' IDENTITY REFLECTIONS

HISTORIA Y CULTURA AFROCÉNTRICAS: REFLEXIONES SOBRE LA IDENTIDAD DE LOS ESTUDIANTES DE SECUNDARIA

Jonas da Silva Santos¹
Carla Liane Nascimento dos Santos²

RESUMO

Este artigo é fruto do desdobramento de uma ação desenvolvida na sala de aula no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-brasileira na Educação, realizada junto a uma turma de história e cultura afro-brasileira e africana no processo de construção e afirmação identitária dos estudantes do Ensino Médio. O presente trabalho foi desenvolvido no turno vespertino, no período de 21 de setembro de 2022 a 29 de setembro de 2022, utilizando o método da pesquisa-ação, a partir do planejamento e vivência de uma sequência didática. A pesquisa revelou-se como uma estratégia pedagógica viável para potencializar os estudos sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, capaz de transformar os sujeitos e suas realidades. Os referenciais teóricos utilizados estiveram amparados nas produções de Appiah (1992); Fanon (2008); Asante (2009); Mazama (2009); Gomes (2017); Munanga (2005); Santos (2005); Silva (2007). Assim, este estudo contribuiu para o reconhecimento e afirmação identitária dos (as) estudantes, apontando possibilidades de ações concretas em direção à superação de uma educação monocultural e eurocêntrica.

Palavras-chave: educação; identidade; relações étnico-raciais.

ABSTRACT

This article is the result of the unfolding of an action developed in the classroom in the Lato Sensu Postgraduate Course in Ethnic-Racial Relations and Afro-Brazilian Culture in Education, held with a class on Afro-Brazilian and African history and culture in the process of identity construction and affirmation of high school students. The present work was developed in the afternoon shift, from September 21, 2022 to September 29, 2022, using the research-action method, from the planning and experience of a didactic sequence. The research revealed itself as a viable pedagogical strategy to enhance the studies on Afro-Brazilian and African History and Culture, capable of transforming the subjects and their realities. The theoretical references used were supported by the productions of Appiah (1992); Fanon (2008); Asante (2009); Mazama (2009); Gomes (2017); Munanga (2005); Santos (2005); Silva (2007). Thus, this study contributed to the recognition and affirmation of the students' identities, pointing out possibilities of concrete actions towards overcoming a monocultural and Eurocentric education.

Keywords: education; identity; ethnic-racial relations.

1 Mestre em Educação (GESTEC/UNEB), Coordenador Pedagógico (SEC/BA), jonassantoscpsc@gmail.com
2 Doutora em Ciências Sociais (UFBA), GESTEC/UNEB, carlaliane@hotmail.com

RESUMEN

Este artículo es el resultado del despliegue de una acción desarrollada en el aula en el Curso de Posgrado Lato Sensu en Relaciones Étnico-Raciales y Cultura Afrobrasileña en Educación, realizado con una clase de historia y cultura afrobrasileña y africana en el proceso de construcción y afirmación de la identidad de estudiantes de enseñanza media. El presente trabajo fue desarrollado en el turno de la tarde, del 21 de septiembre de 2022 al 29 de septiembre de 2022, utilizando el método de investigación-acción, a partir de la planificación y vivencia de una secuencia didáctica. La investigación se reveló como una estrategia pedagógica viable para potenciar los estudios sobre Historia y Cultura Afrobrasileña y Africana, capaz de transformar a los sujetos y sus realidades. Los marcos teóricos utilizados se apoyaron en las producciones de Appiah (1992); Fanon (2008); Asante (2009); Mazama (2009); Gomes (2017); Munanga (2005); Santos (2005); Silva (2007). Así, este estudio contribuyó al reconocimiento y afirmación de la identidad de los estudiantes, apuntando a posibilidades de acciones concretas para la superación de una educación monocultural y eurocéntrica.

Palabras clave: educación; identidad; relaciones étnico-raciales.

INTRODUÇÃO

Os estudos relacionados à História e Cultura Afro-brasileira e Africana já vêm sendo discutidos pelo movimento negro desde a década de 70. Essa temática ganhou força com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e com o amparo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996. Nos anos de 2003 é criada a Lei 10.639 para garantir a inserção do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira nos currículos das escolas. Com isso, o art. 26A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é alterado para reforçar a obrigatoriedade do Ensino sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos estabelecimentos oficiais e particulares de ensino fundamental e médio.

Com base no contexto histórico, nota-se que a História e Cultura Afro-brasileira já vêm sendo problematizada há um bom tempo, mas é um tema que merece destaque e precisa estar presente nos currículos oficiais das escolas, no Projeto Político Pedagógico (PPP) e nos planejamentos dos professores.

Os estudos de Miléo e Trindade (2022) indicam que a proposta da solução para o racismo deve ser apresentada através da educação moral ou da associação entre fortalecimento da educação e da cultura, assumindo o resgate da ancestralidade e a valorização da cultura afro-brasileira como vias para a construção da identidade étnico-racial. Nesse sentido, o movimento negro “passa a reivindicar uma educação para a superação da opressão racial, principalmente por meio da alteração do currículo escolar e da forma como o negro é apresentado nos materiais didáticos” (Miléo e Trindade, 2022, p.9).

A inserção da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos das instituições de ensino propõe contribuir para a efetivação das ações pedagógicas voltadas ao

fortalecimento da cultura afrodiaspórica. Nesse sentido, sugere-se que as escolas promovam discussões que contemplem as questões étnico-raciais, para que a História e Cultura Afro-brasileira e Africana sejam reconhecidas e valorizadas pela sociedade brasileira.

Para subsidiar o desenvolvimento do trabalho, buscou-se responder a questão central de como a presença dos estudos sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana pode contribuir para o reconhecimento e afirmação identitária dos (as) estudantes? Para tanto, adotou-se como objetivo geral avaliar a relevância dos estudos sobre a história e cultura afro-brasileira e africana no processo de construção e afirmação identitária de estudantes do Ensino Médio.

Assim, motivados pela necessidade de vivenciar o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um estudo em uma escola de ensino médio, composta de 10 professores, uma diretora, uma vice-diretora, um coordenador pedagógico e um total de 280 alunos entre o diurno e o noturno. Essa unidade escolar situa-se no centro urbano da cidade de Muniz Ferreira, localizada no Recôncavo da Bahia. Vale destacar, que embora a escola esteja situada em contexto urbano, em média 85% dos alunos moram em comunidades rurais.

O estudo sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana foi realizado no turno vespertino, numa turma de 32 alunos da 2ª série do ensino médio. Essa pesquisa se justifica pela necessidade da efetivação da Lei 10.639/2003 no currículo da escola e pela importância do processo de construção identitária dos discentes envolvidos.

A atuação na coordenação pedagógica contribuiu para perceber a necessidade de desenvolver ações pedagógicas interdisciplinares que contemplassem as questões étnico-raciais, uma vez que embora a maioria dos alunos matriculados na escola apresentasse características fenotípicas de origem afrodescendente, em período de inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), na opção cor, parcela significativa desses estudantes não se reconhece como preto (a), nem como pardo (a). Nesse sentido, justifica ainda mais a importância de ações voltadas para as questões étnico-raciais, não apenas durante a semana da consciência negra como acontece na escola investigada, mas sim ao longo de todo o ano letivo.

Ao identificar a necessidade de um estudo sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, construímos uma sequência didática com o tema: História e Cultura Afro-brasileira e africana, tendo como objetivo geral problematizar e refletir a História e Cultura Afro-brasileira e africana no contexto étnico-racial.

A sequência didática foi aplicada na turma do 2º ano do ensino médio, em cinco dias, em momentos diferentes. O objetivo dos temas previstos na sequência didática foi valorizar a cultura africana e afro-brasileira e eliminar as situações de preconceito, racismo e discriminação.

De acordo com Denardi (2017) uma sequência didática pode ser considerada como uma prática intervencionista em sala de aula, na qual os professores podem utilizar algumas estratégias específicas com o objetivo de contribuir para que os estudantes compreendam eventos e atividades comunicativas complexas.

Zabala (1998) defende, ainda, a sequência didática como uma série ordenada e articulada de atividades que compõem cada unidade temática.

No caso do presente estudo, as ações previstas na sequência didática foram desenvolvidas na sala de aula, nos dias 21, 22, 23, 28 e 29 de setembro de 2022. Durante esses dias problematizou sobre a África, realizou intervenção pedagógica, discussão sobre a História da África, roda de conversa e oficina para construção de Símbolos Ideográficos Adinkras.

Essas temáticas apresentadas foram desenvolvidas por meio de uma metodologia dialógica, num movimento de ação-reflexão-ação, no qual os alunos tiveram uma participação ativa na realização das atividades propostas.

Os estudos de Raimundo e Terra (2021) nos ensinam que as ações pedagógicas realizadas nas escolas possibilitam aos estudantes, outras formas de interpretar o mundo e contribuir para o sentimento do pertencimento racial.

A pesquisa sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana pretende problematizar as questões étnico-raciais para que os alunos reconheçam suas descendências africanas e estabeleçam vínculos identitários.

Nesse sentido, a Raimundo e Terra (2021) propõe reorganizar o planejamento de ensino incluindo objetos de conhecimentos que proporcionam aos educandos o acesso ao conhecimento relacionado às origens e afirmação da identidade étnico-racial.

Os resultados encontrados nas pesquisas científicas contribuíram para justificar a importância dos estudos sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana na turma da 2ª série do ensino médio.

Portanto, o diálogo teórico e crítico-reflexivo apoiou-se nas pesquisas dos autores: Silva (2007); Gomes (2017); Santos (2005); Appiah (1992); Fanon (2008), Asante (2009), Mazama (2009) e nas análises das DCNs (2005); Resolução nº 1 (2004); LDBEN (1996) e

da Lei 10.639 (2003). Esses autores e os documentos legais subsidiaram nas reflexões relacionadas à história, cultura africana e afro-brasileira: resistência, reivindicações e conquista de direitos; história e cultura afro-brasileira no contexto escolar: entre equívocos, descobertas e construções identitárias.

HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: RESISTÊNCIA, REIVINDICAÇÕES E CONQUISTA DE DIREITOS

As lutas dos negros em prol da construção do projeto de cidadania perpassam a história republicana brasileira, transitada entre o período dos anos 80 do século XX e meado do período ditatorial.

Nesse contexto, a luta pela cidadania e democracia no Brasil foi intensificada pelos movimentos sociais e pelos setores progressistas da sociedade brasileira, desde os anos de 1970 e início de 1980. Com isso, a comunidade negra organizada e o movimento negro perceberam que para ser considerados como cidadãos de direitos, deveriam lutar pelo reconhecimento da própria história e cultura do seu povo, no contexto mais amplo. Essa estratégia teve por objetivo proporcionar a inserção desse segmento no mercado de trabalho, na educação básica, na política e na garantia dos direitos sociais (Gomes, 2017).

Logo, destaca-se que as lutas e tensões proporcionadas pelos movimentos sociais contribuíram para garantir a oportunidade de acesso das pessoas negras aos direitos sociais, principalmente o acesso à educação, pelo poder da transformação social.

Segundo pressupõe Gomes (2017), o acesso aos direitos sociais foi fruto das lutas travadas pelo movimento negro educador. Todo esse processo nos ensina, politiza e nos educa, além da capacidade de gerar novos conhecimentos emancipatórios, proporcionando constituir novos atores políticos e contribuir na sistematização de conhecimentos sobre as questões raciais no Brasil.

É necessário entender todo o processo histórico e político das questões étnico-raciais, para compreender a conjuntura atual, principalmente numa sociedade em que prevalece o pensamento eurocêntrico. Dito isto, convém destacar que as legislações que tratam sobre processo de construção e implantação das políticas de promoção de igualdade racial têm as marcas das lutas do movimento negro.

Nessa perspectiva, Santos (2005) diz que as legislações que amparam as questões étnico-raciais “não surgiram do nada ou da boa vontade política, mas é sim resultado de anos

de lutas e pressões do Movimento Social Negro por uma educação não eurocêntrica e antirracista” (Santos, 2005, p.15).

A inclusão da temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana é fruto do processo de lutas reivindicações do Movimento Negro. Gonçalves e Silva (2000) apontam que existem registros sobre as discussões do Movimento Negro no campo da educação, falando da importância para a população negra em geral desde os anos 50.

Na percepção de Gomes (2017), as experiências das lutas dos movimentos sociais contribuíram para novas percepções de projetos educativos emancipatórios, que podem ser construídos e desenvolvidos nas escolas, porém não têm sido aproveitados pelas instituições de ensino. Gomes (2007) ressalta que isso é preocupante porque podemos estar caminhando para a pedagogia das ausências e da construção de uma pedagogia pós-abissal.

As experiências dos movimentos sociais contribuíram para a expansão do acesso à educação brasileira, na garantia dos direitos sociais e inclusão das questões étnico-raciais nos documentos normativos.

RECONHECIMENTOS E GARANTIA DE DIREITOS SOCIAIS E EDUCACIONAIS

Os direitos ao acesso à educação, à saúde e à moradia, entre outros direitos sociais são conquistados através das lutas e reivindicações dos movimentos sociais. A partir dos anos 70, o Movimento Negro (MN) e o Movimento de Mulheres Negras (MMN) atuam de maneira mais incisiva para tentar influenciar mudanças no âmbito do sistema educacional por meio de lutas para incluir a história do negro no currículo escolar. Essa atuação culmina em 1995 com a Marcha Zumbi dos Palmares, quando 30 mil pessoas foram para Brasília e entregaram um documento pleiteando à Presidência da República, políticas para combater a desigualdade. A elaboração desse documento teve como objetivo propor e acompanhar políticas de inclusão e valorização das pessoas negras.

Seis anos depois da entrega do documento elaborado pelos movimentos sociais, o governo brasileiro apresentou propostas e assumiu o compromisso internacional de implantar medidas de ações afirmativas para combater o racismo e as desigualdades no Brasil. O anúncio aconteceu na III Conferência Mundial Contra o Racismo, ocorrida entre 30 de agosto a 07 de setembro de 2001, em Durban, na África do Sul.

Essa postura foi tomada em decorrência das pressões e reivindicações do MN e do MMN que há décadas lutavam por medidas de combate a discriminação racial, xenofobia e a intolerância, particularmente na área da educação (Carta de Durban, 2001).

O respeito à diversidade está presente na Constituição Federal de 1988, no art. 3º, do inciso IV, reforçando a promoção do bem de todos, sem preconceito de qualquer natureza, seja de origem, raça, cor, sexo, idade, entre outras formas de discriminação existente. A lei em questão é um marco na História brasileira, principalmente para combater os preconceitos e discriminação étnico-racial alimentado pela lógica da colonialidade.

Em 2002 a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva foi indicada pelo MN e pelo MMN, para ocupar um lugar no Conselho Nacional de Educação (CNE). A atuação da pesquisadora foi fundamental para as discussões relacionadas à educação das relações étnico-raciais, por ser uma especialista na área. Além disso, contribuiu para que houvesse a aprovação e homologação da Lei 10.639/03, que ampara o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Gomes, 2004).

Com a existência da Lei 10.639/03, o art. 26-A, § 1º, da LDBEN de 1996 foi alterado para legitimar que todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio incluíssem em seus currículos o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Ficou determinado por tal normativa que os conteúdos programáticos referentes à História e Cultura Afro-brasileira deviam amparar os aspectos da História, cultura, formação da população brasileira, História da África e dos Africanos, sobretudo a luta dos negros e dos povos indígenas em prol da sociedade brasileira. Nesse sentido, a Lei 10.639/03 representa um marco histórico na inclusão das relações étnico-raciais nos currículos das instituições oficiais de ensino, no fortalecimento da identidade do negro no Brasil, resgate, história e na valorização da ancestralidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (2004) ajudam a compreender que o termo negro apresenta sua conotação negativa, por ter sido utilizada pelos senhores ao designar pejorativamente os povos escravizados e até hoje carrega o sentido negativo da palavra. Entretanto, o movimento negro se apropriou do termo para tencionar, reconstruir e dá um sentido político e positivo a denominação que outrora carregava características de subalternidade.

Cabe destacar que é preciso superar o equívoco da afirmação de que os negros são racistas e que a apropriação discursiva da questão racial deve se limitar ao movimento negro e aos estudiosos da área (Brasil, 2004).

Os estudos sobre as questões étnico-raciais contribuíram para que a sociedade brasileira compreendesse a importância e necessidade da apropriação dos saberes inerentes à cultura Afro-brasileira. Além de apontarem para a necessidade de tencionar esse debate nos

espaços educativos, combatendo qualquer forma de discriminação racial, crença religiosa, concepção política ou filosófica.

Nesse sentido, é preciso ampliar o foco dos currículos escolares para contemplar a diversidade cultural, social e econômica brasileira. Cabendo aos sistemas de ensino, a coordenação pedagógica e aos professores estabelecer conteúdos, unidades de estudos, projetos e programas, de modo a transitar o currículo da escola (Brasil, 2004).

Para Sacristan (1995), para praticarmos um currículo multicultural no contexto democrático, deve-se tomar a decisão de contemplar os conteúdos de ensino onde os interesses de todos estejam devidamente representados, sendo necessária uma estrutura curricular diferente da dominante e uma mentalidade diferente por parte de todos aqueles que compõem a comunidade escolar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-Raciais vai reforçar que o ensino de História e Cultura Afro-brasileira pode ser realizado por diversos meios, seja ele através de projeto pedagógico ou não, a estratégia quem irá decidir será a unidade escolar ao longo do ano letivo (Brasil, 2004).

A Resolução nº 1 de 2004 contribui para garantir que a Educação para as Relações Étnico-Raciais e o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana façam parte do currículo das instituições educativas, através de propostas pedagógicas voltadas às competências, conteúdos, atitudes e valores.

Diante do exposto, entende-se que as questões étnico-raciais devem estar contempladas nas propostas pedagógicas dos professores, pela existência de legislações que amparam essas práticas, sobretudo por se tratar de um tema de grande relevância na esfera educacional. Cabe destacar que as escolas precisam desenvolver ações pedagógicas que possam contemplar o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana ao longo do ano letivo. Em algumas escolas essa temática é trabalhada pelos professores de História e Educação Artística, durante o mês de novembro para comemorar o dia da consciência negra, como acontece no *locus* onde a pesquisa foi desenvolvida. Porém, é preciso que essa realidade seja superada, porque o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana deve ser trabalhado, por todos os professores da escola de forma permanente e continuada.

TRAJETÓRIA DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS

A educação envolve os processos formativos que se desenvolvem na família, na convivência humana, nas organizações da sociedade civil, nas relações com a natureza e cultura, sobretudo nas instituições de ensino, pesquisa e extensão, no trabalho e nos movimentos sociais (Brasil, 2004).

A Constituição Federal de 1988, no art. 205 afirma que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Os direitos sociais, em especial o direito à educação formal, se constituem como pauta da reivindicação do movimento negro brasileiro, na busca pela conquista de uma sociedade respeitosa, mais justa e igualitária. Embora, esses direitos estejam presentes na Constituição Federal de 1988, é preciso que sejam garantidos para todos (as) como previstos na legislação.

Ao entender a educação como direito constitucional, a busca por essa garantia deve ser incansável, de modo que os espaços formativos possam oferecer uma educação de qualidade, para que o ensino-aprendizagem seja capaz de contribuir na construção de um pensamento crítico-reflexivo e na formação humana integral (Ciavatta, 2014).

Nesse sentido, sugere que nas escolas realizem ações pedagógicas que contemplem os aspectos históricos, sociais e culturais. Esses conhecimentos contribuem para reconhecimento e afirmação da identidade dos sujeitos inseridos no processo formativo.

As ações voltadas para a História e Cultura Afro-brasileira e Africana devem contemplar a formação de uma sociedade consciente da diversidade cultural, o resgate da trajetória histórica e os avanços alcançados através das lutas dos movimentos sociais.

Os estudos sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos permitem refletir sobre as questões raciais no Brasil, por se tratar de um país imerso na diversidade étnico-racial. Nesse sentido, é crucial que todos os cidadãos possam se aproximar das discussões étnico-raciais, por ser uma questão social, política e cultural de todos os brasileiros, seja a pessoa negra ou não. Por isso, todos devem ampliar os conhecimentos teórico-conceituais sobre a relação entre negros e brancos, além de outros grupos étnico-raciais pertencentes à sociedade brasileira e ao continente africano.

Destaca-se nesse estudo dois conceitos que merecem reflexões quais sejam: etnia e raça. O entendimento da palavra etnia deve estar ancorado à ancestralidade, considerando como centro do processo originário de um passado que está relacionado à memória ancestral.

Essa relação está ligada aos vínculos profundos com as matrizes descendentes, entendendo as referências como sustentação da identidade pessoal.

A palavra raça, aqui utilizada, não deve ser considerada no sentido biológico, mas sim ligada à representatividade dos militantes e intelectuais, por trabalharem o termo raça atribuindo a este um significado político. Na realidade, este posicionamento político contribui para entender que raça é uma construção social, política e cultural, produzida nas relações sociais e nas relações de poder (Gomes, 2005).

As considerações apresentadas sobre a palavra raça tem a marca dos movimentos sociais, com destaque no movimento negro, no processo de redefinição e redirecionamento das questões sociais e raciais.

Os termos etnia e raça estão ligados à africanidade brasileira. Consoante os estudos de Munanga (2005), a africanidade brasileira busca se referir às raízes da cultura brasileira de origem africana, independentemente do pertencimento da origem étnica de cada pessoa. Nesse sentido, a africanidade brasileira contribui para estabelecer um convívio com a comunidade negra, resgatando memória das experiências dos descendentes de africanos, a partir das experiências com os grupos do movimento negro.

Convém relatar que os aspectos sociais e políticos sobre o negro no Brasil estão relacionados ao continente africano. Todavia, há uma distância no que se refere à língua, pois enquanto no Brasil, a língua oficial é o Português, na África, mais da metade da população negra vive em países que têm o Inglês como língua oficial (Appiah, 1992).

Pensar a África no Brasil perpassa por uma vontade de saber, por outro lado existe um silenciamento estrutural, porque os brasileiros têm uma demanda em conhecer o continente africano e as culturas da África. Contudo, há uma barreira estrutural que contribui para impedir o acesso às informações de grande relevância. Haja vista que boa parte dos acervos que existem sobre a História da África está escritos em Inglês ou Francês. Assim, o acesso à diáspora africana perpassa por limitações. Essas questões apresentadas nos ajudam a pensar sobre as diversas implicações relacionadas às diásporas e as barbaridades que transitam em diversos continentes (Fanon, 2008).

Os estudos de Fanon (2008) contribuíram para a consolidação das discussões diaspóricas, fortalecimento da cultura negra, sobretudo para entender a História da África apresentada nos acervos acadêmicos.

Nessa direção, Asante (2009, p.93) defende a afrocentricidade enquanto uma proposta epistemológica do lugar, com base em uma localização da África e sua diáspora, sendo esse

um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com os seus próprios interesses humanos.

Para este autor, é preciso construir um processo de conscientização sobre a agência dos povos africanos, como o central para a afrocentricidade recentralizando o povo a partir de uma nova realidade, desferindo um golpe na falta de consciência não apenas dos processos de opressão vividos mas também acerca das conquistas e vitórias possíveis. Esse seria um caminho possível para a análise das relações humanas, interações multiculturais, textos, fenômenos e eventos, conforme Asante (2009, p. 94).

Mazama (2009, p.111), ao analisar a afrocentricidade como um novo paradigma produzido em resposta a supremacia branca³, afirma que no cerne da ideia afrocentrica está a afirmativa que nós africanos e seus descendentes devemos operar como agentes autoconscientes, não mais satisfeitos em ser definidos e manipulados de fora, com vista ao controle dos nossos destinos por meio de uma autodefinição positiva e assertiva. A compreensão da História da África possibilitou aproximar das discussões étnico-raciais, na perspectiva antirracista. Esses estudos são necessários para que novas aprendizagens a respeito do tema sejam construídas.

Fonseca; Silva e Fernandes (2011) reforçam que a concepção de formação cidadã deve abranger as mulheres e os homens que buscam contribuir para promover melhores condições de igualdade nas áreas sociais, políticas e econômicas para os diferentes grupos de pertencimentos étnico-raciais e sociais.

Nesse mesmo estudo os autores apontam que a sociedade brasileira sempre esteve formada “por grupos étnico-raciais distintos, com cultura, língua e organização social peculiar, como é o caso dos povos indígenas que por aqui viviam quando da chegada dos portugueses e de outros povos vindos da Europa” (Silva, 2007).

A construção e afirmação da nossa identidade perpassa pelos processos formativos que devem ser trabalhados na escola, possibilitando que os alunos entendam o processo histórico da sociedade brasileira e as tensões travadas por meio das relações de poder.

³ Para Mazama (2009, p.112) a supremacia branca deve ser entendida como um físico de violência e também processo social e econômico pelo qual milhões perdem a soberania muitas vezes em suas próprias terra, sendo seus recursos (por exemplo, terra e trabalho) apropriados pelos europeus em função dos interesses desses. Para além desses elementos, a autora defende que tal supremacia a ocupação do espaço mental e psicológico, uma espécie de “encarceramento mental” se referindo a Wade Nobles, onde a tomado do espaço mental do africano ocorre por meio do disfarce de ideias, teorias e conceitos europeus universais, normais e naturais.

Para Silva (2007) falar de identidade é também tratar de ensino e aprendizagem, por considerar conhecimentos situados em contextos de culturas estabelecidas nas relações de poder e pela apresentação equivocada da crença de que vivemos em uma democracia racial.

Ao entender que a pessoa não nasce com o pensamento racista, pressupõe-se que o racismo resulta de um processo de construção social intencionalmente planejado para descaracterizar e inviabilizar a história dos afrodescendentes. Diferentemente da afirmação de que estamos imerso a democracia racial e que não há preconceito e discriminação no Brasil.

Nas orientações e ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2006) está presente que a escola é um “espaço privilegiado de inclusão, reconhecimento e combate às relações preconceituosas e discriminatórias”.

Portanto, as escolas precisam possibilitar que os alunos construam conhecimento acerca da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, com ações voltadas para o combate às práticas de racismo e preconceito, visando eliminar ou reduzir a discriminação dos afrodescendentes, das culturas e saberes africanos.

METODOLOGIA

O percurso metodológico trilhado no desenvolvimento da pesquisa considerou que era necessário para o desenvolvimento da proposta adotar como estratégia metodológica a pesquisa-ação, pela necessidade de construir e desenvolver ações voltadas para responder o problema da pesquisa. A pesquisa-ação se caracteriza pelo envolvimento do pesquisador com os sujeitos da pesquisa. Assim, o processo metodológico foi apoiado em métodos, procedimentos e técnicas cientificamente comprovadas, para confirmar uma tese, contribuir no aprofundamento de um fenômeno ou responder a um problema.

De acordo com Tripp (2005) a pesquisa-ação educacional é um tipo de investigação-ação que os professores e pesquisadores podem adotar como estratégias para aprimorar o seu ensino, em decorrência, o aprendizado dos (as) alunos (as).

Ao utilizar a pesquisa-ação percebeu-se a necessidade de apropriar da História da África, para que pudesse estar mais preparado para o processo de intervenção dos estudantes, esse aprimoramento fez com que as atividades desenvolvidas tivessem outra qualidade.

Para Tripp (2005, p.447) “a pesquisa-ação requer ação tanto nas áreas da prática quanto da pesquisa, de modo que, em maior ou menor medida, terá características tanto da prática rotineira quanto da pesquisa científica”.

A pesquisa contou com a aplicação de uma sequência didática planejada para ser desenvolvida em cinco aulas. Em cada etapa da sequência didática, as ações foram problematizadas, objetivando valorizar a cultura africana e afro-brasileira como forma de diminuir ou mesmo eliminar as situações de preconceito, racismo e discriminação.

Segundo Gil (2017), na pesquisa-ação há um envolvimento da ação do pesquisador e dos grupos interessados. Esse movimento aconteceu em diversos momentos durante a realização da pesquisa, pois a metodologia adotada para coleta dos dados exigia uma ação-reflexão-ação.

A pesquisa-ação vem emergindo como um tipo de metodologia voltada para a intervenção e desenvolvimento, de modo a proporcionar mudanças nos grupos, comunidades e organizações (Gil, 2017). Diante dos estudos realizados, conclui-se que a pesquisa-ação foi o tipo de pesquisa mais apropriado para o desenvolvimento do estudo.

O objeto de estudo da investigação teve como locus uma escola de ensino médio, localizada no recôncavo baiano, possui seis salas de aula, porém só funcionam quatro salas. A unidade de ensino possui uma biblioteca, uma sala de multimídia, uma sala de vídeo, uma sala de professores, uma sala de coordenação, uma sala de direção, uma sala de vice-direção, uma sala de secretaria, um depósito, uma cozinha e cinco banheiros.

Atualmente, a instituição atende um total de 280 alunos do 1º, 2º, 3º ano regular, 1º ano do curso profissionalizante em Administração e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), em seu tempo formativo III (Ensino médio), nas etapas VI e VII. Os alunos do diurno possuem entre 15 e 21 anos, enquanto os estudantes da EJA têm idade entre 20 a 55 anos.

Os atores investigados na pesquisa foram os alunos da turma da 2ª série do ensino médio regular. A turma possui 32 alunos, porém foram investigados em média de 22 alunos, os outros 10 alunos não estavam presentes durante a pesquisa.

A proposta de pesquisa se baseou na abordagem qualitativa, por acreditar ser a mais adequada para atender a natureza da pesquisa. Minayo (2007) salienta que a pesquisa qualitativa se ocupa de um nível de realidade que não pode ser produzido em número nem indicadores quantitativos, por estar voltado para o universo dos significados, motivos, crenças, aspirações, valores e atitudes dos envolvidos no universo da produção humana.

A pesquisa utilizou a natureza exploratória e descritiva. Segundo Gil (2017), a fase exploratória tem como pretensão proporcionar maior familiarização com o problema da pesquisa e com o objeto de estudo, enquanto a descritiva apresenta o objetivo de descrever,

estudar as características de determinado grupo, levantar opiniões, atitudes e crenças de uma determinada população.

Os dados da pesquisa foram produzidos através de observação participante, estruturada na sequência didática, que teve como tema: História e Cultura Afro-brasileira e Africana, objetivando problematizar e refletir com os alunos a História e Cultura Afro-brasileira e africana no contexto étnico-racial.

Segundo Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p. 82), sequência didática é “um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito”.

No Brasil a utilização de sequência didática vem sendo utilizada em vários contextos de aprendizagem, como metodologia de investigação de diferentes objetos de conhecimentos. Já nos estudos realizados com os alunos, a sequência didática foi utilizada tanto para investigação como para discussão e problematização da História e Cultura Africana.

A sequência didática foi planejada para ser aplicada na sala de aula com os alunos da 2ª série do ensino médio, entre o dia 21 a 29 de setembro de 2022. As ações pedagógicas previstas na sequência didática foram desenvolvidas por meio da metodologia dialética, num movimento de ação-reflexão-ação. Nos momentos previstos, os alunos participaram ativamente das ações propostas pelo estudo.

A investigação foi desenvolvida em cinco aulas, em momentos distintos. Na primeira aula problematizou-se sobre a História da África, na segunda houve uma intervenção pedagógica, na terceira apresentou e discutiu sobre a História da África, a partir do tema: África (mar de enganos e equívocos), na quarta teve uma roda de conversa, na quinta e última aula realizou uma oficina sobre os Símbolos Ideográficos Adinkras.

Os dados gerados durante o desenvolvimento da pesquisa foram analisados e discutidos, para responder o problema da pesquisa. Gil (2008) colabora ao dizer que os dados produzidos contribuirão para análises, interpretação, sínteses e sistematização de uma pesquisa.

SABERES SOBRE ÁFRICA: O QUE DIZEM OS (AS) DISCENTES?

Ao aplicar a sequência didática na turma da 2ª série do ensino médio foi possível diagnosticar os conhecimentos dos alunos sobre a Cultura Africana. A sequência didática também foi útil para identificar a necessidade de uma intervenção pedagógica, num movimento de ação-reflexão-ação.

Assim que cheguei à sala de aula, apresentei a proposta de estudo para os estudantes, a partir do tema: História e Cultura Afro-brasileira e Africana no contexto étnico-racial, com objetivo de problematizar e refletir a História e Cultura Afro-brasileira e africana no contexto étnico-racial. Na oportunidade falei que os estudos iriam acontecer na sala de aula, no turno vespertino, entre o dia 21 a 29 de setembro de 2022.

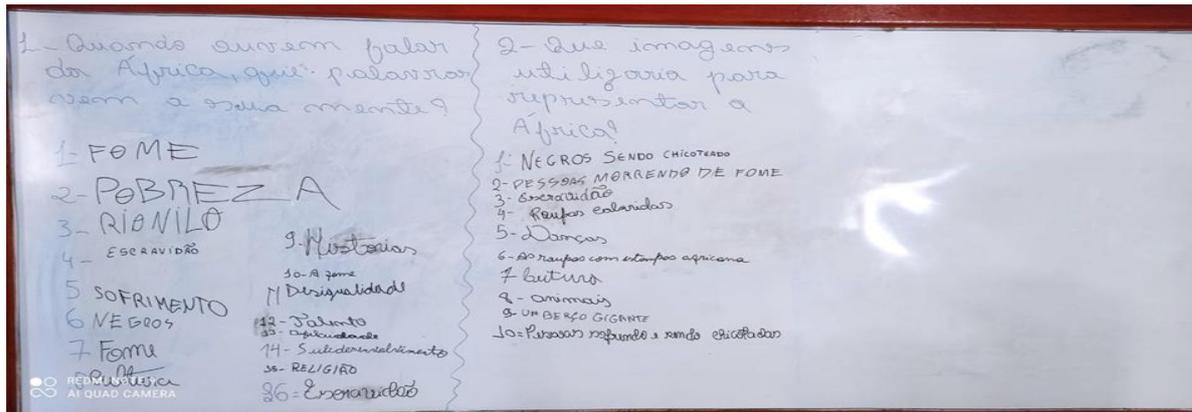
Na primeira aula do dia 21 de setembro de 2022 houve a seguinte problematização: O que vocês sabem sobre a África? Ao falar da África, que palavras vêm a sua mente? Como você representaria a África?

À medida que os alunos iam respondendo, as falas eram registradas em folha de ofício A4 e algumas falas foram transcritas no quadro branco de lousa da escola. Ao fazer o levantamento obtivemos as seguintes respostas:

A África é um grande país;
A África é perigosa;
A África sempre está quente;
A África é suja e subdesenvolvida;
Na África os animais selvagens vagam livremente;
Na África está cheio de doenças;
Precisa de muita grana para viajar para a África.

Além dos alunos verbalizarem seus saberes sobre a África, alguns estudantes também registraram suas percepções acerca da África na lousa da sala de aula como representada na imagem a seguir:

Imagem 1: Palavras utilizadas por alguns alunos para representar a África.



Fonte: Arquivo dos autores (2023).

As respostas dos (as) alunos (as) revelam o desconhecimento sobre o continente africano, fortalecendo as doutrinas e o colonialismo racistas do século XIX (Munanga, 2005).

Na imagem acima podemos vê que as palavras utilizadas para representar a África apresentam adjetivos negativos, dentre eles: podemos citar fome, pobreza, escravidão, sofrimento, desigualdade, dificuldade, entre outros.

Os estudos realizados contribuíram para que os estudantes percebessem a necessidade da apropriação de conhecimentos relacionados à África. Nesse sentido, as orientações para a educação das relações étnico-raciais destacam a necessidade de conhecer a “História das sociedades africanas, escrita e/ou narrada por africanos (as), afrodescendentes e pesquisadores/as de outros grupos étnico-raciais que apresentam a África em suas diversas conexões espaço temporal” (Brasil, 2006, p. 4).

A visão que os alunos tinham sobre a África mostrou total desconhecimento do continente africano. Alguns alunos chegaram a falar que a África é perigosa, quente, suja e subdesenvolvida.

Esse pensamento carrega a marca da escravidão, principalmente no período que os africanos foram trazidos ao Brasil pelos portugueses, a partir do século XVI (Souza, 2012). Para desconstrução da visão colonizadora apresentada nas falas dos (as) alunos (as) foi preciso conhecer a história do continente africano, para promoção de outras construções da subjetividade das pessoas negras.

Sabemos que vivemos em um contexto altamente informatizado com advento da tecnologia da informação e comunicação, ainda assim, foi identificada a necessidade dos estudantes conhecerem o contexto histórico da África. Acredita-se que a partir das ações realizadas com os alunos, os preconceitos foram desconstruídos, possibilitando a construção de outros saberes em relação à África.

Em 22 de setembro de 2022, na segunda aula, foi realizada uma intervenção pedagógica, numa metodologia dialógica para desconstruir estereótipos atribuídos ao continente africano, sinalizado na problematização do dia anterior. Nesse sentido, foi apresentado e discutido a História da África, mostrando as belezas naturais, culturas, costumes e paisagens africanas, para entender a construção da sociedade brasileira. Os temas discutidos em sala contribuíram para que os (as) alunos (as) tivessem outro olhar em relação ao continente africano.

É possível afirmar que as ações pedagógicas contribuíram para mudança de concepção dos estudantes, porque ao perguntar para os (as) alunos (as) o que havia aprendido, após o processo dialógico, falaram que:

A África é um continente que contém 54 países;
A África um continente rico em cultura e culinária;
É um lugar com muitos pontos turísticos;
É composta por mais de mil línguas;
Na África tem praia e não é tão seco como pensam;
A África é muito visitada por turista;
Na África não existe só miséria;
A África é cheio de lugares paradisíacos;
Origem das religiões de matriz africana.

Nas falas acima, dá para perceber que os alunos apresentam outra concepção da África. Segundo Munanga (2005), “a desconstrução da ideologia abre a possibilidade do reconhecimento e aceitação dos valores culturais próprios, bem como a sua aceitação por indivíduos pertencentes a outras raças e etnias, facilitando as trocas interculturais na escola e na sociedade”.

Na terceira aula, dia 23 de setembro de 2022, foi apresentado e discutido a História da África, a partir do tema: África (mar de enganos e equívocos). Nessa apresentação abordou sobre culturas, culinária e religião de matriz africana; os pontos turísticos e biodiversidade vegetal e animal existente no continente africano.

Depois da ação-reflexão-ação, após o processo da intervenção pedagógica, orientou-se a construir um painel a respeito dos conhecimentos construídos sobre a África. Com isso, alunos construíram o seguinte quadro:

Imagem 2: Aprendizagens construídas pelos alunos após intervenção pedagógica

O que eu aprendi sobre a África?	O que eu aprendi sobre a África?
É um continente com vários países ricos	Não é um país, é um continente
Que contém 54 países na África	É necessário ter uma boa condição para visitar
Que em 2018 foram milhões de pessoas visitarem a África.	É um continente que contém 54 países
	É rico em culturas, comidas.
	É um dos lugares com mais países turísticos
	Não é só porque existem países pobres, que eles possam ficar todos ricos se procurarem a diversidade

Fonte: Arquivo dos autores (2023).

A compreensão dos (as) alunos (as) em relação ao continente africano não é a mesma do início da problematização. Antes, a maioria atrelava tudo que era ruim à África, depois da apresentação e discussão da História e Cultura Afro-brasileira, os estudantes passaram a compreender a realidade Africana e valorizar as diversidades religiosas, culturais e culinárias.

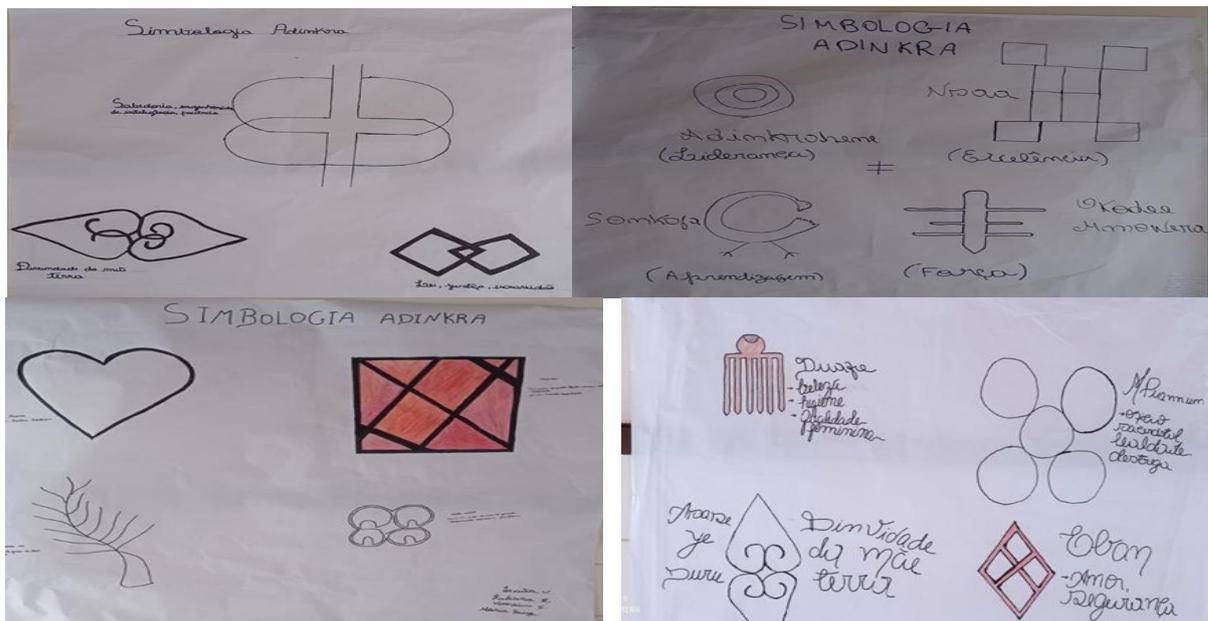
Os (As) alunos (as) também aprenderam que a África é um continente, e não um país como achavam. Para Benjamin (2006) construir aprendizagens sobre a África é de suma importância, principalmente por ser o berço da humanidade, pela diversidade na cultura, religião e nas línguas faladas no continente africano.

As pessoas precisam entender que a construção do processo histórico da África vai ajudar a desmistificar alguns preconceitos construídos socialmente, passando com isso a valorizar e respeitar as culturas oriundas de matrizes africanas. Nesse sentido, conhecer a História da África é uma necessidade de toda sociedade, principalmente a brasileira, pela herança cultural estabelecida.

No dia 28 de setembro de 2022, na quarta aula, foi realizada uma roda de conversa estruturada na sequência didática, tendo como ponto de partida as seguintes perguntas: Vocês já ouviram falar sobre patrimônio afrodescendente? O que vocês sabem sobre patrimônio afrodescendente? Durante o processo, os alunos disseram que ao pensar sobre patrimônios afrodescendentes associavam as simbologias ligadas à capoeira, aos rituais, as culturas, as danças e a culinária.

Durante o desenvolvimento da ação proposta, foi discutido e refletido a respeito do significado de patrimônio afrodescendente e da importância para a cultura Afro-brasileira, mediante problematização dos patrimônios históricos e culturais ligados aos povos afrodescendentes.

Imagem 4: Produção dos alunos da 2ª série do ensino médio.



Fonte: Arquivo dos autores (2023).

A atividade proposta objetivou valorizar e resgatar a cultura de matriz africana. Souza (2012) ressalta que resgatar a Cultura Africana faz parte das “estratégias de sobrevivência da memória cultural africana”, por estar ligado ao processo de longa duração e contribuindo para a memória, continuidade dos valores e costumes da cultura.

A ação pedagógica desenvolvida foi crucial para o fortalecimento da identidade dos (as) alunos (as). Na percepção de Souza (2012), “pensar a identidade de uma população implica buscar compreender os valores por trás da lógica de pensamento e de sua vida cultural”. Essa cosmovisão integra os laços e reafirma a identidade dos alunos.

Ao perguntar para os estudantes, quais os critérios que utilizaram para escolher os Símbolos Adinkras representados nos painéis, apareceram as seguintes falas:

- Consideramos o formato dos símbolos apresentados;
- Significados, boniteza e grandeza;
- Carisma e liderança;
- Relação com o passado e com a natureza;
- Representação da liberdade e sabedoria;
- Relação com a existência da vida na terra.

As falas dos (as) alunos (as) reforçam a importância do trabalho que foi desenvolvido, tanto para o reconhecimento, como para afirmação identitária. Nesse sentido, nota-se que a

oficina realizada na sala de aula contribuiu significativamente para o empoderamento, elevação da autoestima, valorização da Cultura Africana e resgate dos valores ancestrais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos estudos realizados sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, foi possível identificar que os estudantes da 2ª série do ensino médio não conheciam a História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Porém, após iniciar as ações pedagógicas planejadas na sequência didática, pode-se afirmar que os (as) alunos (as) construíram outros conhecimentos em relação ao continente africano.

Com isso, passaram a entender que a África não é um país como achavam anteriormente, tornando-se possível desconstruir o conceito estereotipado que tinham do continente africano, onde passaram a compreender que África é considerada o berço da humanidade.

As atividades desenvolvidas com os (as) alunos (as) abordaram a diversidade religiosa, as variedades culturais e culinárias do continente africano. A abordagem das temáticas foi fundamental para subsidiar a desconstrução dos estereótipos racistas e preconceituosos enraizados na mente dos discentes participantes deste estudo.

Nesse sentido, integrar a afrocentricidade nas práticas pedagógicas cotidianas das escolas exige um esforço contínuo com a reconstrução de narrativas e perspectivas. Contudo, é essencial que educadores e gestores entendam e abracem a importância de uma epistemologia centrada na África e sua diáspora, reconhecendo os africanos e afrodescendentes como sujeitos ativos na construção do conhecimento e da identidade cultural. Isso implica em revisar currículos, materiais didáticos e abordagens de ensino para assegurar uma representação autêntica e inclusiva das contribuições africanas e afrodescendentes nas disciplinas. Além disso, requer uma valorização das experiências e saberes das comunidades negras, integrando suas histórias, tradições e perspectivas na vivência escolar diária.

Conclui-se que, as discussões e problematizações sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana proporcionaram uma nova forma de pensar e agir, contribuindo para reconhecimento e afirmação identitária dos estudantes, trazendo reais possibilidades de ações em direção à superação de uma educação monocultural e eurocêntrica. Assim, ao afrocentrar as práticas pedagógicas, não apenas se promove a equidade e a justiça social, mas também

possibilita o empoderamento dos alunos negros ao reconhecerem e celebrarem sua própria herança cultural e intelectual.

REFERÊNCIAS

APPIAH, K. Anthony. **Na Casa de Meu Pai. A África na filosofia da cultura.** Rio de Janeiro; Contraponto, 1997.

ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar.** In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.* São Paulo: Selo Negro, 2009.

BENJAMIN, Roberto Emerson Câmara. **A África está em nós: história e cultura afro-brasileira.** João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2004.

BENJAMIN, Roberto E. C.; RODRIGUEZ, Janete L.; AIRES, Josilane M. N.; LACERDA, Maria. C. **A África está em nós: história e cultura afro-brasileira.** João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2004.

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana.** Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 01 nov. 2022.

BRASIL. **Resol. CNE/CEB 02/2015, de 1º de julho de 2015, Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior.** Brasília Educação do campo: Notas para uma análise de percurso: MEC/CNE/CEB. (D. O. da União, Brasília, 1º de julho de 2015, Seção 2, p.8-12), 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: SECAD, 2006.

CAIXAS, G.N; NETO, V.M. **Mojuodara: uma possibilidade de lidar com questões étnicas raciais na Educação Física.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, 2017, p. 247-253.

CIAVATTA, Maria. **Ensino Integrado, a Politecnicidade e a Educação Omnilateral: por que lutamos?** Revista Trabalho & Educação, v. 23, n. 1, p. 187 – 205, 2014. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 10 out. 2022.

DENARDI, Didiê Ana Ceni. **DIDACTIC SEQUENCE: a dialectic mechanism for language teaching and learning.** Revista Brasileira de Linguística Aplicada, Pato Branco, v. 17, n. 1, p. 163-184, mar. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6398201610012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbla/v17n1/1984-6398-rbla-17-01-00163.pdf>. Acesso em: 20 abril. 2022

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

FONSECA, M. V.; SILVA, C. M. N. Da; FERNANDES, A. B. (Orgs.). **Relações Étnico-Raciais e Educação no Brasil**. Belo Horizonte. In: Mazza Edições, 2011.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MAZAMA, Ana. **A Afrocentricidade como um novo paradigma**. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

MENEZES, M. dos S.; CASTRO, J. A. G. F. de. **Culturas Oraís e Linguagem Gráfica**. Curitiba, Paraná, 2007. Disponível em: http://www.exatas.ufpr.br/portal/docs_degraf/artigos_graphica/CULTURASORAIS.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

MILÉO, I. do S. de O.; TRINDADE, J. da S. **Movimento Negro no Brasil Pós Década de 1970: Ação Política e Educação Antirracista**. Goiânia, v. 47, n. 1, p. 13–29, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Superando Racismo na Escola**. Brasília, 2005. In: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. p.204.

RAIMUNDO, A.C ; TERRA, D.V. **Educação para as relações étnico-raciais na educação infantil: a história de Sophia**. Movimento, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1ª ed.-São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SACRISTÁN, Gimeno J. C. **Currículo e Diversidade Cultural**. In: SILVA, T. T. da; MOREIRA, F.A (orgs). Territórios Contestados: O Currículo e os Novos Mapas Políticos e Culturais. Petrópolis. Vozes, 1995.

SANTOS, Sales Augusto dos (2005). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. In: GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. 1. Ed. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

SILVA, Petronilha B. G. e. **Ensinar e relações Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Educação, Porto Alegre, n.3, p.489-506, set./dez. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/admin,+Educ+3-07+p489-506.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SOUZA, Laura O. Carneiro de. **Quilombo: Identidade e História**. 1ª ed.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: Uma Introdução Metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar.** Tradução Ernani F. da F. Rosa -
Porto Alegre: Artmed. **1998.** 224 p.

Submetido em: 27/06/2024

Aceito em: 11/05/2024